



Recebido em:
02/08/2017
Aprovado em:
03/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

ANALFABETO ADULTO: DISCUSSÃO SOBRE AUTOCONCEITO, BAIXA AUTOESTIMA E DISCRIMINAÇÃO

MARIA CRISTINA FONTES DA CRUZ
LAURA CAMILA BRAZ DE ALMEIDA

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Resumo: A sociedade estabeleceu relação de poder entre os letrados sobre os iletrados. O analfabeto adulto reconhece a marginalização social que lhe é imposta. O objetivo desse artigo é refletir sobre a condição do analfabeto adulto na sociedade e observar em que medida as instituições destituem o indivíduo não escolarizado. Com base na análise sobre letramento (STREET, 1984; VALINO, 2006; TAMAYO, 1981; ROJO, 2009), discutiremos a questão da baixa autoestima e da discriminação institucional ligada ao contexto do analfabetismo adulto. O *corpus* dessa pesquisa é constituído por uma entrevista realizada com um analfabeto adulto. Desse modo, pôde-se compreender a visão que ele tem das dificuldades enfrentadas na relação entre alfabetizados e não alfabetizados.

Palavras-chave: Letramento, Analfabetismo Adulto, Marginalização social.

Abstract: The society established relationship of power between literates and illiterates. The adult illiterate recognizes the social marginalization imposed on him. The purpose of this article is to reflect on the condition of the adult illiterate in society and to observe the extent to which the institutions dismiss the non-educated individual. Based on the analyses of Literacy (STREET, 1984; VALINO, 2006; TAMAYO, 1981; ROJO, 2009), it is intended to discuss the issue of low self-esteem and of institutional discrimination linked to the context of adult illiteracy. The corpus of this research consists of an interview with an adult illiterate. In this way, we could understand the vision he has of himself and the difficulties faced in the relationship between the literate and illiterate.

Keywords: Literacy, the social marginalization, adult illiterate.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir sobre o problema do analfabeto adulto, um ser destituído e visto como menor na sociedade. Um exemplo que muito nos inquieta é o do pedreiro R[1]., homem analfabeto adulto, cuja história não apresenta nada de incomum, mas demonstra a maneira como o analfabetismo é tratado na sociedade brasileira.

R. foi criado como “filho” por uma família que o adotou quando ele era ainda criança, já que seus pais biológicos eram muito pobres. A família que o adotou nunca lhe proporcionou alfabetização, muito embora os outros filhos tivessem concluído toda a educação básica, inclusive alguns até cursaram o nível superior.

O depoente cresceu trabalhando como vaqueiro em uma fazenda, todavia, não só aprendeu o ofício de pedreiro, como se aperfeiçoou em assentamento de piso porcelanato. R. vivencia o drama de não poder conduzir seu veículo, porque lhe falta escolaridade para adquirir sua Carteira Nacional de Habilitação, algo muito sonhado por ele. Esse documento lhe confere autonomia de exercer seu direito de ir e vir conduzindo seu veículo. A impossibilidade de possuir a carteira de motorista aflige imensamente a R., porque interfere muito, de forma negativa, em seu trabalho.

Segundo sua própria fala:

[2]Não ter carteira prejudica demais porque não posso levar as ferramentas que preciso. Se eu for de bicicleta não posso levar uma riscadeira[3], nem levar uma tina. Se precisar de um ajudante e ele não tiver bicicleta não posso levar ele. Lá no serviço se precisar de um cimento ou uma tábua não posso ir comprar pra trazer. Não posso resolver um problema que aparecer.

O estigma do analfabeto como ser menor é historicamente determinado, pois existe um sistema que rege as relações entre letrados e iletrados. O analfabeto percebe a desigualdade e através de sua fala, dá mostras de seu ressentimento. A história definiu os papéis de dominador e dominado já na relação entre os índios, impondo não só a língua e a história dos conceitos, mas também as formas pelas quais se organiza o poder da palavra, conforme Orlandi (1990).

Desde o início da colonização, os povos indígenas foram obrigados a esquecer ou abandonar suas línguas e seus costumes. Retirados de seus ambientes naturais, proibidos de manifestar sua cultura e forçados a seguir a fé cristã, os índios foram alvo de diversas políticas linguísticas que resultaram na aculturação e silenciamento de suas línguas.

Implementada na época das missões jesuíticas, a proibição do uso das línguas nativas prosseguiu até meados dos anos 1970 através da educação escolar.

A escola foi o principal instrumento devorador de culturas e de povos indígenas no Brasil. Ela esmagou os índios, arrasou línguas, ignorou conhecimentos, perseguiu e proibiu culturas, tradições, ritos e cerimônias. Aplicou com rigor o projeto do monolinguismo no Brasil, em parte obtendo sucesso, o que ajudou a destruir mais de 1.000 línguas indígenas em 506 anos. (...) Até pouco tempo, essas línguas indígenas sobreviventes estavam relegadas a ambientes familiares restritos, limitadas a uma comunicação privada, porque era proibido ou vergonhoso fazê-la em público. Falar em língua indígena na escola era repreendido com notas baixas ou castigado com duras e violentas medidas disciplinares. (LUCIANO, 2006, p. 123-4).

A educação escolar até pouco tempo atrás trouxe sérios prejuízos à sobrevivência e ao desenvolvimento natural das línguas indígenas. O seguinte trecho é um relato do antropólogo Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, sobre sua experiência escolar:

Relato como exemplo uma experiência que vivi nos meus anos de escola-internato nas décadas de 1970 e 1980. Naquela época, fomos rigidamente proibidos de falar nossas línguas maternas nas escolas-internatos dos missionários. Quem descumpria as ordens era severamente punido e castigado. Os castigos iam desde ficar um dia sem comer, a permanecer em pé horas e horas no sol quente, a trabalhos forçados ou a castigos com efeitos psicológicos terríveis. Para mim, os maiores sofrimentos e dor foram gerados pelos castigos de efeitos morais e psicológicos, como uma das modalidades de que fui várias vezes vítima. Tratava-se de um pedaço de pau grande com uma corda que continha uma frase em português: “Eu não sei falar português”. Quando algum aluno da escola era flagrado falando uma língua indígena, a placa assustadora era pendurada em seu peito ou nas costas e ficava com ele até que descobrissem um novo violador da regra, para quem a placa era passada. O castigo provocava pavor e extremo constrangimento, uma vez que admitir naquela época não saber falar português ou só falar na língua indígena era ser identificado a um animal – sem alma, sem educação, pagão e antipatriótico. (LUCIANO, 2006, p. 124).

O sofrimento dos indígenas se assemelha ao do analfabeto adulto, porque ambos são discriminados em função das variedades linguísticas que utilizam. Muitas vezes, são “obrigados” a abandonar suas gramáticas internalizadas em favor de uma norma linguística imposta.

É claramente perceptível a discriminação gigantesca em relação à variação linguística usada pelo analfabeto, uma vez

que só é prestigiada a norma padrão. Logo, o indivíduo não escolarizado e que, por conseguinte não utiliza essa variante é visto como alguém atrasado e que não sabe falar. Quem comprova bem esse preconceito é o linguista Marcos Bagno (2007, p.40) no Mito número 4 “As pessoas sem instrução falam tudo errado” do livro “Preconceito linguístico”:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, como vimos no Mito nº 1, *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p. 40)

A história tem mostrado, ao longo do tempo, a relação de poder entre letrados e iletrados e as diferenças da organização social capitalista, ao perpetuar a crença de que o “poder deriva do conhecimento fornecido pela ciência” (MEY, 1985) e de que quem tem conhecimento tem poder. Portanto, evidencia-se que os saberes conquistados pelos analfabetos não são considerados importantes, porque não são científicos. Assim, as práticas adquiridas ao longo da vida são irrelevantes.

O saber assentar piso de forma primorosa, como o faz o pedreiro R. não é visto como algo valoroso. A sociedade continua vendo o trabalho de pedreiro como um serviço inferior, que não exige raciocínio lógico e realizado por pessoas de baixo poder aquisitivo.

Para Rojo (2009, p.11), o letramento não se limita à escolarização, pois segundo a autora, é possível ser analfabeto, contudo participar de práticas de letramento e dessa forma, letrado de alguma maneira.

As práticas sociais de letramento que exercemos nos diferentes contextos de nossas vidas vão constituindo nossos níveis de alfabetismo ou de desenvolvimento de leitura e de escrita; dentre elas, as práticas escolares. Mas não exclusivamente. (ROJO, 2009)

A autora continua explicando que a palavra letramento procura revestir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam valorizadas ou não, locais ou globais, recobrando contextos sociais variados como família, trabalho etc.

As definições de letramento ainda são muito próximas do conceito de alfabetismo, porém já existem estudos que criticam esses modos de conceituar e abandonam o termo letramento inicial para letramento plural indicando a complexidade e multiplicidade de práticas, ou seja, letramentos múltiplos. Algumas dessas práticas são dominantes como o letramento escolar, acadêmico, literário e burocrático. Outras são marginais e desvalorizadas, como as práticas de letramento cotidianas ou artísticas das culturas populares e locais.

Conforme diz Cosson (2014), o termo letramento na língua portuguesa é de uso recente. Por conseguinte, ainda tem causado muitas controvérsias, uma vez que o letramento dá perceptibilidade não somente ao ato de ler e escrever como é costumeiramente concebido, mas também trata inclusive das práticas sociais.

Há, portanto, vários níveis e diferentes tipos de letramento. Em uma sociedade essencialmente letrada como a nossa, mesmo um analfabeto tem participação ainda que de modo precário e algum processo de letramento. Do mesmo modo, um indivíduo pode ter um grau sofisticado de letramento em uma área e possuir um conhecimento superficial em outra, dependendo de suas necessidades pessoais e do que a sociedade lhe oferece ou demanda. (COSSON, 2014, p.12).

Fica evidente dessa forma, que o indivíduo analfabeto não deveria ser visto como iletrado, já que segundo as palavras de Cosson (2014), ele possui letramento, porque tem conhecimento de mundo e possui muitos saberes relevantes para sociedade.

Apesar do que esclarece Cosson (2014), R. afirma que a sociedade não trata bem as pessoas, que como ele, exercem profissões sem notoriedade social, como por exemplo, o ofício de pedreiro. De acordo com seu depoimento,

quando um indivíduo chega a uma repartição pública para resolver questões práticas da vida contemporânea e deixa transparecer vestígios de trabalhador da construção civil, o tratamento é negativamente diferenciado. R. narra o constrangimento que sofreu certa vez, quando foi fazer uma transferência bancária para fazer o pagamento de um carro que havia comprado:

Eu cheguei no banco e peguei minha senha. Quando fui ser atendido faltava um documento. Fui em casa pegar o papel e voltei rapidinho, porque moro perto do posto de serviço do banco. Ao retornar, a funcionária do banco me disse que eu não podia ficar ali não. Eu tinha que pegar nova senha e esperar minha vez lá fora. Eu perguntei por que não podia ficar ali e ela disse que não podia e pronto e que eu esperasse minha vez em outro local. A mulher que estava comigo que iria receber o pagamento do carro que me vendeu não foi mandada esperar em outro lugar. Ela estava com a roupa limpa. Estava arrumada e não tinha as unhas cheias de massa como as minhas. Se eu fosse um engratado, a funcionária do banco não teria me mandado pegar outra senha. Eu não demorei mais que cinco minutos pra voltar com a carteira que ela pediu. (REIS, 2017).

De acordo com Valino (2006, p.27), o analfabeto pertence a uma classe subalterna e dominada. Tal subordinação pressupõe a dominação de classe pela sociedade capitalista, que a fará, primeiramente, pela dominação econômica do capital sobre o trabalho e, depois pela ideologia, através da produção de um consenso social, feita de forma tal que a classe dominada aceite a direção que a classe dominante lhe impõe.

Valino (2006, p.27) explicita que essa subserviência acontece porque os próprios analfabetos internalizaram essa ideia de dominação e dominado e também pela ausência de uma visão unívoca por parte desses subalternos que lhes possibilitem exercer autonomia. Isto posto, a dominação ideológica é a subordinação intelectual que as classes dominantes exercem em todo o conjunto social unificado pela ideologia dominante. Essa sustentação ideológica acontece pautada no senso comum.

Tal ideia de dominação ideológica e subserviência pode ser exemplificada na música “Cidadão”, composta na década de 1970 pelo poeta baiano Lúcio Barbosa, em homenagem ao seu tio Ulisses.

Tá vendo aquele edifício, moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
"Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar" (BARBOSA, 1970)

Esse texto narra a saga de um eu-lírico que trabalha como pedreiro, mas em razão da sua condição humilde, não pode frequentar nenhuma das obras por ele construídas. Nas duas primeiras estrofes o eu-lírico cita sempre a presença de um “cidadão” que o proíbe de entrar nos lugares, mas, na verdade, ele próprio não é capaz de enxergar-se como cidadão. Ou seja, em sua cabeça, o “cidadão” que o proíbe está em pleno gozo de seus direitos civis, e a ele, como cidadão excluído, cabe desempenhar os deveres para com o Estado.

No sistema de valores da sociedade letrada, a contribuição do analfabeto se limita ao que ele produz com sua força física de trabalho, uma vez que, já existe uma definição dos papéis a que estes indivíduos não escolarizados devem ocupar. De forma geral, através desse contexto em que é inserido o analfabeto, fica evidente a segregação que há entre letrado e não letrado.

Baixa autoestima do indivíduo não escolarizado

É por meio da linguagem do indivíduo não escolarizado que se constata a percepção que ele tem de si mesmo, ou seja, seu autoconceito, que geralmente é impregnado de baixa autoestima. O pedreiro R. nos elucida a esse respeito:

Quem não tem estudo, é apagado no mundo. Eu me sinto uma pessoa apagada no mundo. Eu chego num lugar, vamos supor, uma pessoa diz: “Leia aqui, R.”. Porque a pessoa pensa que eu sei ler, e aí eu tenho que dizer: “Rapaz, não sei ler não”. Às vezes eu perco de pegar um trabalho porque não tenho estudo. As pessoas não botam fé que eu saiba fazer o serviço. (REIS, 2017).

Um ser sem relevância social é o que R. acha dele próprio ao dizer que é “apagado” no mundo. Não ser enxergado é como não possuir identidade social. Todo o trabalho que realiza fazendo casas, embelezando fachadas de prédios, interiores de residências fica sem autoria, já que quem realizou, de certa forma, é um ser “inexistente”.

Segundo Alvaro Tamayo, é possível definir-se o autoconceito como:

Uma organização hierárquica e multidimensional de um conjunto de percepções de si mesmo. O conteúdo destas percepções é tudo aquilo que o indivíduo reconhece como fazendo parte de si mesmo: sentimentos, traços, imagens etc. (TAMAYO, 1981, p.89)

De acordo com Tamayo (1981), o autoconceito possui quatro dimensões de “self”: o somático, aquele oriundo das percepções diretas e indiretas que o indivíduo tem de seu corpo e de como este é percebido pelo outro. O “self pessoal”, o qual consiste na forma de como o ser se percebe como pessoa, nas características psicológicas a que ele se atribui. O “self social” é aquele que se dá na abertura da pessoa para os outros, na busca de interação, no desejo de complementar a si e ao outro e na necessidade de ser reconhecida pelos outros. O “self ético-moral” por sua vez é constituído pelas crenças do que seja bom ou ruim. Ele é responsável pelas autoavaliações e pela interiorização de percepções sociais em função do ponto de vista do outro.

Através das entrevistas que foram realizadas com um grupo de 15 pessoas analfabetas adultas, Valino (2006, p.100) comprova o sentimento de inferioridade e subserviência que os não escolarizados nutrem em relação a si próprios. Por meio das respostas que foram dadas, verificou-se que a maioria dos quinze entrevistados se percebe ignorantes e dependentes de um leitor. Essa dependência cerceia suas intimidades à medida que precisam expor seus segredos e particularidades. Os entrevistados também demonstraram internalização de alguns atributos relacionados à imagem do analfabeto como ignorante, desinteressado, dependente e cego. Nesses casos, a estereotipia passa a ser absorvida pelo próprio sujeito como dimensão negativa da sua autoimagem.

O indivíduo não escolarizado sente-se muito desconfortável por não saber ler nem escrever e por conta dessa limitação, passa por muitas privações em sua vida cotidiana. A realização de simples atividades como pegar um ônibus para locomover-se pode ser algo bem complicado para alguém que não sabe decodificar a placa indicativa do local para o qual se deseja ir. R. diz como se sente quando precisa pegar um transporte público para deslocar-se:

Me sinto mal porque às vezes preciso ir para algum lugar de ônibus e tenho que perguntar às pessoas o nome do ônibus. Quando é um lugar que preciso ir sempre, eu gravo o número do ônibus. Eu não pego o ônibus pelo nome, mas pelo número.

A privação da autoestima não faz com que o letramento seja visto como prioridade para o indivíduo analfabeto, apesar da discriminação e destituição que a sociedade lhe dedica. Street (1984, p.216) diz que:

O letramento é raras vezes a primeira prioridade para aqueles que são iletrados. Quando eles têm a oportunidade de definir as suas próprias necessidades, é provável que primeiro enfatizem seus problemas econômicos, seguidos por tais preocupações pessoais como a

vida familiar, o cuidado dos filhos, a saúde e a nutrição. (STREET, 1984, p. 216)

Nesse sentido, Street (1984) declara que a percepção de ser “destituído” é um julgamento do letrado em relação ao indivíduo analfabeto, ou seja, trata-se de um tipo especulação ou conjectura, uma vez que o indivíduo sem escolarização não se identifica com esse sentimento de um ser inferior, desprovido.

Mesmo consciente da evidente discriminação social de que é vítima, o analfabeto não se percebe como alguém incapaz, ao contrário, ele se entende como um ser possuidor de talento R., em entrevista, contou que aprendeu o ofício de pedreiro sozinho. Ele disse: “sou ruim para aprender a ler, mas sou inteligente no trabalho, o que eu me botar pra fazer, eu faço.” (R. 2017).

Mesmo sem se perceber como um ser desprovido, o analfabeto só passou a ser considerado cidadão após a Constituição de 1988. Até essa data, o indivíduo não escolarizado, pagava seus impostos como qualquer letrado. Era convocado para o serviço militar, contribuía para o progresso da sociedade através de seu labor, muitas vezes silencioso e abnegado construindo escolas, residências, hospitais, todavia sem direito ao alistamento eleitoral que lhe garantisse o direito de escolher seus representantes governamentais.

A partir da atual Carta Magna, é que foi corrigida uma injustiça cometida há vários séculos. Foi facultado ao analfabeto o direito ao voto. Reza o texto constitucional:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei,... § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Apesar da conquista da alistabilidade, permanece, nos dias atuais, a impossibilidade de elegibilidade dos indivíduos analfabetos, ainda que a lei expresse que somos todos iguais conforme vemos no artigo abaixo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

As instituições assinalam o analfabeto como um ser menor, mesmo quando o convoca para escolarização. Um exemplo foi uma propaganda veiculada pela televisão brasileira em meados de 1992, em que o rosto de um menino gradualmente se transformava em chimpanzé. À medida que se dava a transformação de ser humano para primata, como pano de fundo era recitado o seguinte texto:

Todo ser humano para ser totalmente humano precisa de educação e instrução. Esse é um direito que nunca lhe deve ser negado porque todas as vezes que esse direito é negado, um ser humano não é mais humano. (Comercial da Fundação Roberto Marinho para Educação, 1992)

Nessa propaganda, o discurso-jogo de figuras cuja tentativa seria a de nos sensibilizar para a questão da educação associou o homem não instruído a um ser não evoluído. Esse jogo de imagens apenas reforça o conceito que a sociedade letrada constrói e institui, o de analfabeto como um animal, no caso um primata. Essa propaganda possibilita várias leituras: para o letrado, a reafirmação de seus valores, e para o iletrado, a confirmação da diferença. Orlandi (1990) argumenta que esse tipo de discurso é histórico, porque é produzido em condições específicas. Projeta-se, também, no futuro, cria tradição e influencia novos acontecimentos. Desse modo, os efeitos de sentido

inscritos, nessa propaganda, reproduzem as relações de força que se instauram entre as instâncias – letrados e iletrados.

Considerações finais

Os analfabetos adultos, de modo geral, são seres desprestigiados socialmente. Analisar o sentimento que esses indivíduos nutrem por si mesmos e sua relação com os seres alfabetizados foi uma das propostas desse trabalho. Ficou constatado que eles construíram uma autoimagem bastante negativa em função do tratamento que a sociedade sempre lhes dedicou. Caberia, portanto, questionar o motivo de a sociedade não reconhecer a dívida que tem com o analfabeto adulto em função de sua atuação na construção desse país.

Esses indivíduos que não sabem ler e escrever fazem parte dessa classe subalternada e dominada. A marginalização que a sociedade escolarizada inflige ao analfabeto adulto já se inicia pelo modo de falar, uma vez que é imposto um padrão linguístico o qual não admite variações. Há uma relação fortíssima entre poder e conhecimento científico. Dessa forma, o letramento oriundo de práticas sociais e o conhecimento de mundo do analfabeto não são valorizados. Segundo palavras do entrevistado, “a pessoa que não tem estudo nesse mundo, não existe”, já que ele chama de ‘apagado’. Portanto, esses homens e mulheres são seres fantasmas sem identidade social.

É importante refletir sobre as políticas públicas de alfabetização do analfabeto adulto e buscar soluções para resolver essa questão. Enfim, é preciso que a sociedade reveja seus padrões e seus conceitos e assim comece a respeitar e valorizar todos os cidadãos de forma igualitária sem distinção de nível escolar ou letramento.

[1] Optamos por não identificar o entrevistado em função da delicadeza do tema abordado nesse trabalho. Usamos apenas a letra R para nos referirmos ao depoente.

[2] Para a melhor compreensão e entendimento lógico, preferimos suprimir os erros gramaticais do entrevistado.

[3] Instrumento utilizado para demarcar o local do revestimento que deverá ser cortado.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 49 ed. Loyola: São Paulo, 2007.

BARBOSA, Lúcio. Cidadão. In: GERALDO, Zé. **Terceiro mundo**. CBS, 1979. 1 Disco sonoro. Lado A, faixa 3.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

COMERCIAL da Fundação Roberto Marinho (Menino Macaco). 1’00”. Disponível em: . Acesso: 10 abr. 2017.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ORLANDI, E. **Terra à vista**. Cortez/Unicamp: Campinas, 1990.

REIS, Rivaldo dos. **Entrevista concedida a Maria Cristina Fontes da Cruz**. Aracaju, 7 jul. 2017.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

STREET, B. **Literacy in theory and Practice**. Cambridge University Press: Cambridge, 1984.

TAMAYO, A. EFA: Escala Fatorial de Autoconceito. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.33, n. 4, p. 87-102, out./dez., 1981.

VALINO, Maria de Lurdes. **Quem não sabe ler nem escrever pede favor: Até quando** 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

Autor. Discente do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe

Coautor. Professor Doutor do Departamento de Letras Vernáculas e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe.